



Brasília — Cr\$ 1.300,00

Ofensiva política sobre a economia

por José Casado
de São Paulo

Líderes dos dois maiores partidos (o PFL, que é a base de sustentação parlamentar do governo, e o PMDB, dono da maior bancada no Congresso Nacional) iniciaram uma pressão pública, coordenada, para mudar o rumo da política econômica.

"Com as mudanças no ministério, o governo ganhou em credibilidade e qualidade; agora precisamos de medidas administrativas imediatas para acabar com a recessão e retomar o crescimento", diz, por exemplo, o governador baiano, Antônio Carlos Magalhães, que controla uma expressiva facção do PFL.

Que medidas seriam essas? Magalhães sorri e responde: "Parar com os aumentos das tarifas públicas acima da inflação e parar com essa política de juros altos, que não está levando a nada. Vamos ter que avançar nessa direção, rapidamente".

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, um dos principais porta-vozes do maior partido de oposição — o PMDB —, está trilhando o mesmo caminho: "Não dá para continuar mais com esta política de juros altos, que só agrava a recessão econômica e não faz efeito sobre a inflação".

"Todo mundo já percebeu que a política econômica está superada, já atingiu seu limite e não abaixa nem um milímetro a inflação. O elenco de medidas recessivas está esgotado. Tem que ser aprofundada a discussão sobre a taxa de juro. Temos que discutir, inclusive, a redução da carga tributária", insiste.

Joaquim Francisco, governador de Pernambuco, que divide influência com Magalhães sobre o PFL, repisa a necessidade de urgência na mudança do rumo da política econômica, com ênfase na taxa de juro: "Temos que chegar a junho com a economia no rumo da retomada do crescimento, e com essa política de juros altos, realmente, não vai dar. E não dá para termos negociação política neste cenário de recessão que está aí".

Fleury, Magalhães e Francisco conversaram muito nos últimos dias. Por coincidência, os três terminaram a semana falando as mesmas coisas sobre um mesmo tema — a política econômica —, em discursos e entrevistas.

GAZETA MERCANTIL

24 FEVEREIRO 1992

GAZETA MERCANTIL

do, 22, e segunda-feira, 24 de fevereiro de 1992

SSO
SSO S.A.

EM QUALQUER TÉMPO
O IMPORTANTE É TER PROGRESSO.

GOVERNO

Economia - Brasil

Ofensiva política sobre a economia

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

O governador de Pernambuco explica o porquê da urgência em mudanças indicando o calendário político. "Temos que fechar um acordo amplo, no Congresso, para votarmos até maio algumas medidas fundamentais à modernização da estrutura econômica e administrativa do País, pois a seguir teremos as eleições municipais".

Acrescenta: "Não há entendimento possível nesta recessão, e aí temos que começar a virada na economia".

Se houver crescimento, o governo federal será um fator neutro na eleição, que tende a ser federalizada nos grandes centros urbanos — o Charles Chaplin dizia que a vida é uma coisa local, mas o que é local na vida de grandes cidades como São Paulo, Recife e Salvador? Se permanecermos nesta recessão, o conflito político será muito acirrado, com reflexos nos eventos seguintes, que serão a reforma constitucional e o plebiscito sobre o sistema e a forma de governo".

No ano passado, o PFL e o PMDB fizeram uma ofensiva política sobre o governo Fernando Collor de Mello para mudanças no ministério e na política monetária.

Conseguiram, com as críticas, mudar o ministério, no começo deste ano.

Agora, o PFL está na posição de esteio político do governo. E o PMDB, de aliado eventual "para projetos de interesse público", como define o líder da bancada na Câmara, Genebaldo Correia, cuja reeleição, na semana passada, teve a decisiva contribuição de votos governistas.

Desde que o presidente da República mudou o ministério — dando ao PFL, por exemplo, poder sobre a

administração de nada menos que 25,5% do Orçamento Geral da União —, as negociações do governo com o Congresso e com os chefes de executivos estaduais ficaram mais fluidas.

Para dividir os partidos na escolha dos líderes na Câmara, na semana passada, Collor teve a decisiva contribuição de vários governadores, do PFL e do PMDB.

O caso da eleição do líder do PTB foi exemplar. O baiano Magalhães conseguiu os três votos necessários para derrotar o deputado Gastone Righi, líder por sete anos seguidos que pretendia montar um bloco partidário à revelia do governo federal.

Jáder Barbalho e Iris Rezende — governadores do Pará e Goiás, respectivamente — uniram seus votos na bancada do PMDB, por apelo governamental, aos dos paulistas Luiz Antônio Fleury Filho, governador, e Orestes Queríca, presidente do partido, numa operação que assegurou a reeleição de Genebaldo Correia na liderança.

A coincidência de interesses na política está, também, sendo correspondida na economia. Pelo menos para alguns governantes estaduais, que estão no poder há menos de um ano, e enfrentam graves dificuldades de "caixa".

Na semana passada, a Bahia recebeu uma injeção de US\$ 10 milhões, com a promessa de mais US\$ 248 milhões nos próximos noventa dias. E, ainda, um aceno de flexibilização no contingenciamento do orçamento federal sobre cerca de US\$ 300 milhões relativos a projetos de infraestrutura.

Já São Paulo encerrou a semana com a garantia de reestruturação de uma dívida de US\$ 950 milhões com o governo federal, que desde 1990 vinha pesando na contabilidade do banco do estado.